

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.360 - PR  
(2018/0188342-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO  
**OUTRO NOME** : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO  
**ADVOGADOS** : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO E OUTRO(S) -  
PR015348  
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS -  
PR024498  
**ADVOGADA** : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129  
**ADVOGADOS** : RITA DE CASSIA CORREA DE VASCONCELOS -  
PR015711  
PRISCILA KEI SATO - PR042074  
ALANA MARA BATISTA PALMERINI - PR061305  
MARIANE MORENO ALVES - PR073247  
**AGRAVADO** : PRIMO ZAMPIERI NETO  
**ADVOGADO** : CRISAINÉ MIRANDA GRESPAN - PR046133

## **EMENTA**

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVA ANÁLISE DAS RAZÕES DO RECURSO. REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE NESTA SEDE ESPECIAL. SÚMULA 07/STJ. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. REVISÃO DOS ENCARGOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DECIDIDA PELA SEGUNDA SEÇÃO NO RESP 1.497.831/PR, JULGADO SOB O RITO DOS REPETITIVOS. TRIBUNAL LOCAL EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CASA. SÚMULA 568/STJ.*

*AGRAVO INTERNO ACOLHIDO PARA TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO AGRAVADA E CONHECER DO AGRAVO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto por HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO em face de decisão monocrática, cuja ementa restou consignada nos seguintes termos:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE NESTA SEDE ESPECIAL. SÚMULA 07/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AFASTAMENTO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL."* (e-STJ fl. 386).

Em suas razões, a instituição financeira agravante alega a não incidência da Súmula 07/STJ, uma vez que não é necessário o reexame de provas, "isso porque a grande questão aqui debatida é preliminar de mérito que diz respeito à ausência de interesse de agir da autora", sendo certo que "facilmente se verifica o caráter genérico do pedido inicial, indo de encontro ao entendimento firmado por esse E. STJ, no sentido de não se admitir ações de prestação de contas em que se verifique ausência de especificidade dos lançamentos duvidosos" (e-STJ fl. 397).

Na sequência, defende a inaplicabilidade da Súmula 211/STJ, porquanto "o v. acórdão recorrido, ao contrário do que restou consignado na r. decisão aqui agravada, emitiu sim posicionamento a respeito do tema da revisão de cláusulas contratuais e da consequente inadequação da via eleita [...]" (e-STJ fl. 399).

Por fim, acerca do dissídio jurisprudencial, alega que "elegeu casos substancialmente idêntico ao desses autos, para demonstrar que a solução adotada nesse caso destoa do entendimento majoritário dessa C. Corte." (e-STJ fl. 401).

Não houve impugnação ao agravo interno (cf. e-STJ fl. 408).

É o relatório.

Passo a decidir.

O agravo interno merece acolhida.

De fato, não há se falar na incidência da Súmula 211/STJ, tal como apontou a decisão ora agravada.

Dessa forma, reconsidero a decisão recorrida, tornando-a sem efeito, e

# *Superior Tribunal de Justiça*

passo a reanalisar as razões do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto por HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que negou seguimento ao recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. INDICAÇÃO POR AMOSTRAGEM DE LANÇAMENTOS DE ORIGEM DUVIDOSA.*

*INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO, POIS O ENVIO DE EXTRATOS AO CORRENTISTA NÃO EXIME A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE PRESTAR CONTAS. NÃO CONFIGURAÇÃO, A PRINCÍPIO, DE PRETENSÃO DE CARÁTER REVISIONAL, SEM PREJUÍZO DA REANÁLISE DA QUESTÃO QUANDO DA INSTAURAÇÃO DA SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO, À VISTA DA EVENTUAL IMPUGNAÇÃO QUE VENHA A SER OFERTADA AOS LANÇAMENTOS CONSTITUTIVOS DAS CONTAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ fl. 225).*

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 248).

Em sede de recurso especial, o Banco recorrente alega violação aos artigos 485; VI; 319, IV; 322; 330 e 550 do Código de Processo Civil/2015 ao sustento de ausência de interesse de agir da parte recorrida em razão da falta de especificação do período a que se busca a prestação de contas e dos lançamentos supostamente indevidos feitos em sua conta-corrente, tratando-se de pleito genérico, ademais é inadequada a via processual eleita, pois a parte buscou a revisão contratual ao questionar valores debitados.

Por fim, aponta dissídio jurisprudencial buscando fazer prevalecer o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido da ausência de interesse de agir para ação de prestação de contas quando a parte não relata irregularidade concreta e requer o esclarecimento a respeito de todo o período contratual.

# Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões ao recurso especial às. e-STJ fls. 339/349.

Nas razões do agravo, o agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 360/369).

Delineada a matéria em deslinde, observo, no que toca à controvérsia em torno do interesse de agir da parte recorrida, ao sustento de que o pleito da parte seria genérico por falta de especificação dos lançamentos supostamente indevidos, a Corte local assim decidiu:

*"De acordo com o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, à admissão do pedido de prestação de contas não basta a demonstração do liame jurídico entre as partes e o período a ser abrangido, sendo imposto à Parte que as requer que esclareça o porquê de pedi-las, com a indicação pormenorizada (com a especificação de rubricas, valores e datas informados pelo banco), ainda que por amostragem, de lançamentos que reputa irregular, de modo a deixar claro que não litiga por mero capricho ou espírito de emulação.*

*Na espécie, o Agravado especificou a relação jurídica e o período a ser tratado na prestação de contas - indicou, nesse sentido, o número da conta corrente e os termos inicial e final da prestação de contas (de 22 de julho de 2006 à 22 de julho de 2016). Ademais, impugnou de forma específica, mesmo que por amostragem, os lançamentos feitos, o que é suficiente à caracterização do interesse de agir. Neste sentido indicou as seguintes cobranças, supostamente desprovidas de autorização expressa e ilegítimas: a) no dia 12/05/2008 houve a cobrança de "TAR PACOTE MENSAL"; b) no dia 02/06/2008 houve a cobrança de "RENOVAÇÃO DE CADASTRO"; c) no dia 12/06/2008 houve a cobrança de "ADIANT DEPOSITANTE"; d) no dia 07/12/2015 houve a cobrança de "ADIANT DEPOSITANTE"; e) no dia 14/12/2015 houve 'a. cobrança de "MESALIDADE TC"; f) no dia 18/12/2015 houve a cobrança de "PARCELA DE FINANCIAMENTO EMPREST"; g) em 28/12/2015 houve a cobrança de "SEGURO DE VIDA", etc.*

*Especificou, assim, os lançamentos que considera indevidos, apontando as datas em que ocorreram e seus respectivos valores, além de ter efetuado a comprovação de sua existência por meio de extratos.*

*Neste contexto, tendo sido exposto no que consistem as irregularidades supostamente cometidas pela casa bancária, havendo, ainda, impugnação, mesmo que por amostragem,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***de alguns lançamentos, com a demonstração de quando ocorreram, descabe falar em pedido genérico."*** (e-STJ fl. 227/228, grifei).

Nesse contexto, elidir a conclusão do Tribunal de Justiça - no sentido de que a parte autora, ora recorrida, "especificou os lançamentos que considera indevidos, apontando as datas em que ocorreram e seus respectivos valores, além de ter efetuado a comprovação de sua existência por meio de extratos" - demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Acerca do tema, a instituição financeira apontou, ainda, dissídio jurisprudencial buscando fazer prevalecer o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido da ausência de interesse de agir para ação de prestação de contas quando a parte não relata irregularidade concreta e requer o esclarecimento a respeito de todo o período contratual.

No particular, tendo o colegiado local concluído com base no conjunto fático-probatório dos autos, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, providência inviável na via eleita por força do enunciado n. 7/STJ.

Ao ensejo:

***PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BURACO EM RODOVIA. NEXO CAUSAL. INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIDA.***

***[...]***

***3. A incidência da referida Súmula 7 impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Agravo regimental improvido.***

***(AgRg no REsp 1522864/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 02/06/2015, grifei).***

# *Superior Tribunal de Justiça*

No mesmo sentido:

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEXO DE CAUSALIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.*

*1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando a Corte de origem decide a controvérsia de forma clara e fundamentada, ainda que contrariamente ao interesse da parte, sendo desnecessária a manifestação sobre todos os argumentos suscitados pelo recorrente.*

*2. A Corte de origem, amparada no acervo probatório dos autos, asseverou que o nexo de causalidade entre a conduta omissiva estatal e os supostos danos suportados pela parte autora não estava configurado, de maneira que rever tal conclusão demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

*3. Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgInt no AREsp 1224477/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 09/04/2018)**

Destarte, o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029, § 1.º, do CPC/2015, e 255, § 1.º, do RISTJ. No caso concreto, a simples leitura do acórdão recorrido e dos julgados paradigmas deste Superior Tribunal de Justiça é suficiente para concluir que não há similitude fática entre os casos confrontados.

De fato, nos arestos paradigmas, o quadrante fático dá conta de que a parte apontou dúvidas a respeito de todos os lançamentos realizados ao longo de anos de movimentação da conta-corrente. Enquanto que, no acórdão

recorrido, delineou-se o contexto fático no qual a parte "especificou os lançamentos que considera indevidos, apontando as datas em que ocorreram e seus respectivos valores, além de ter efetuado a comprovação de sua existência por meio de extratos", afastando-se, assim, a alegada ocorrência de pedido genérico.

Nessa toada, a realização do *distinguishing* demonstra claramente que os aresto paradigmas diferem substancialmente do acórdão recorrido, o que explica a *ratio decidendi* diversa.

Por derradeiro, relativamente à tese da inadequação da via processual eleita, ao fundamento de que a parte buscou a revisão contratual ao questionar valores debitados, a Corte local assim asseverou:

**Quanto às alegações de falta de interesse processual ante a pretensão de caráter revisional, melhor sorte não assiste ao Agravante.**

*A ação de prestação de contas destina-se ao acerto de uma relação mercantil na qual tenha sido confiada a alguém a guarda ou administração de valores alheios, com a imposição a este do dever de apresentar pormenorizada e detalhadamente, em forma mercantil e com amparo em provas (de preferência documental.), todos os itens de crédito e débito, para a apuração do saldo da citada relação.*

*É bem verdade que o dinheiro é coisa fungível e que o contrato de depósito de bens dessa natureza segue as normas do mútuo (Código Civil, artigo 645), mas os contratos de depósito bancário se regem por regras especiais, que obrigam a instituição depositária a conservar, ainda que através de registros meramente contábeis, as importâncias depositadas pelos correntistas, para devolvê-las a estes, sempre que solicitada, em princípio nas mesmas quantidades, salvo se houver convenção de acréscimo de juros ou autorização para a realização de débitos nas contas que abrigaram os depósitos, hipóteses em que os saldos iniciais variarão.*

*Por conta dessa característica do contrato e da possibilidade de na conta serem efetuados lançamentos à revelia do correntista - ainda que previamente autorizados - é natural que a ele assista o direito de, duvidando do saldo final informado pela instituição depositária, exigir desta o detalhamento da evolução da conta dentro de determinado período, não somente pelo relacionamento dos débitos e créditos feitos, mas pela exibição dos documentos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ensejadores desses lançamentos e pela explicação do significado dos códigos a estes relacionados, de modo a, eventualmente, obter o reconhecimento de que o resultado final da relação mercantil é diverso do que aquele que lhe fora indicado.**

Tal direito do consumidor, frise-se, não perece ante o fato de, eventualmente, lhe terem sido enviados extratos periodicamente por parte da instituição financeira, os quais, por serem produzidos unilateralmente e muitas vezes em linguagem pouco clara, não são suficientes à definição do saldo da relação mercantil.

A propósito, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

*'O envio regular de extratos bancários aos correntistas não exime a instituição financeira de prestar contas, na forma da lei' (Enunciado 07 das Câmaras de Direito Bancário).*

*Processual civil. Ação de prestação de contas. Interesse. Lançamentos em conta corrente. Diversas operações de mútuo. Dúvidas. Fornecimento de extratos. Prescindibilidade.*

*I. Independentemente do fornecimento de extratos de movimentação financeira dos recursos vinculados a diversos mútuos e a contrato de crédito em conta-corrente, ou de simples depósito, remanesce o interesse processual do correntista para a ação de prestação de contas em havendo dúvida sobre os critérios aplicados. Precedentes.*

*II. Recurso especial conhecido e provido.*

*(REsp 194.677/PA, 4.ª Turma, rel. Min. Aldir Passarinho, DJU de 02/12/2002, p. 313).*

A mesma Corte editou a Súmula 259, a teor da qual 'a ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária'.

***Diga-se, por pertinente, que, nesta fase processual, só deve ser aferida a existência de interesse processual, a partir, como dito, da indicação por amostragem de lançamentos de origem duvidosa. É na segunda fase do processo, uma vez prestadas as contas em forma mercantil, que a licitude dos lançamentos será decidida, a partir de sua impugnação detalhada pela parte autora, respeitadas as limitações fixadas pela jurisprudência, em especial a de não permissão de revisão ou discussão, na dita fase, de cláusulas pertinentes ao contrato de abertura de crédito rotativo vinculado ao de conta corrente.***

*Destarte, deve ser mantida a decisão agravada.*

*Posto isto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao agravo de instrumento" (e-STJ fls. 227/231, grifei).*



# *Superior Tribunal de Justiça*

No ponto, o recurso especial comporta igual desprovimento.

Isso porque, a conclusão do Colegiado estadual de que deve ser respeitada a limitação "de não permissão de revisão ou discussão, na dita fase, de cláusulas pertinentes ao contrato de abertura de crédito rotativo vinculado ao de conta corrente" andou em sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n.º 1.497.831/PR, de Relatoria para o acórdão da Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 07/11/2016, sob o rito dos recursos repetitivos, assentou a seguinte tese para os efeitos do art. 543-C do CPC/1973: "Impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas".

Destarte, tendo assentada a impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas, a Corte local demonstrou estar em compasso com a jurisprudência desta Casa.

Assim, não merece amparo o recurso.

**Ante o exposto, acolho o agravo interno para tornar sem efeito a decisão agravada e, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do Regimento Interno deste STJ, c/c Súmula 568/STJ, conhecer do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Deixo de fixar os honorários advocatícios recursais previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista não ter havido prévia condenação em honorários na origem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**